

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH.

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES
AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E RELATÓRIO
DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019**

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores Independentes

Quadro 1 – Ativo

Quadro 2 – Passivo e patrimônio líquido

Quadro 3 – Demonstração do resultado do exercício

Quadro 4 – Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Quadro 5 – Demonstração do Resultado Abrangente

Quadro 6 – Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

Aos

Diretores

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH

Joinville - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos IDDH**, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a Interpretação ITG 2002, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução 1409/12.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos IDDH**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras que apresentam uma visão verdadeira e justa de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Joinville (SC), 12 de março de 2021

ADEMIR
SCHATZMANN
:63870657987
Ademir Schatzmann
CRC/SC nº 021.378/O- SC

Assinado de forma
digital por ADEMIR
SCHATZMANN:638706
57987
Dados: 2021.03.12
16:43:55 -03'00'



SCHATZMANN AUDITORES
CRC/SC nº 6.430/O-1

QUADRO 01
INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDH
BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em Reais)

ATIVO	Nota	2019	2020
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixa	04	181.049	424.221
Contas a Receber		-	796
Outras Contas a Receber		-	-
Total do Ativo Circulante		181.049	425.017
NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	05	27	-
Total do Ativo Não Circulante		27	-
TOTAL DO ATIVO		181.076	425.017

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

QUADRO 02**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH
BALANÇOS PATRIMONIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2019	2020
CIRCULANTE			
Fornecedores	06	-	46.750
Obrigações Sociais		87	87
Obrigações Tributárias		-	256
Total do Passivo Circulante		87	47.093
Outras Contas a Pagar L.P		14.333	14.333
Total do Passivo Não Circulante		14.333	14.333
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social	07	11.018	166.656
Superávit (Déficit) do Exercício		155.638	196.935
Patrimônio Líquido		166.656	363.591
Total do Patrimônio Líquido		166.656	363.591
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		181.076	425.017

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

QUADRO 03**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH****DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em Reais)

	Nota	2019	2020
Receita Operacional Líquida		4.229	4.995
Outras Receitas Operacionais		277.413	519.355
Outras Receitas		92.005	-
Doações		10.000	-
Mensalidades		-	1.650
Receita de Projetos	08	175.408	517.705
Total Receitas Operacionais		281.642	524.350
Despesas Operacionais		(124.111)	(328.915)
Vendas		(6.408)	-
Despesas de Projetos	08	-	(323.113)
Administrativas	09	(114.590)	(3.316)
Tributárias		(3.113)	(2.486)
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas		(1.893)	1.500
Total Despesas Operacionais		(126.004)	(327.415)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO PERÍODO		155.638	196.935

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras"

QUADRO 04**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS
HUMANOS IDDH****DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES EM 31 DE DEZEMBRO**

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2019</u>	<u>2020</u>
Superávit / Déficit do Exercício	<u>155.638</u>	<u>196.935</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total de Outros Resultados Abrangentes do Exercício	<u>155.638</u>	<u>196.935</u>

QUADRO 05**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH****MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS**

(Em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) Acumulado	Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2018	3.276	7.742	11.018
Incorporação ao Patrimônio Social	7.742	(7.742)	-
Superávit do Exercício	-	155.638	155.638
Em 31 de dezembro de 2019	11.018	155.638	166.656
Incorporação ao Patrimônio Social	155.638	(155.638)	-
Superávit do Exercício	-	196.935	196.935
Em 31 de dezembro de 2020	166.656	196.935	363.591

QUADRO 06**INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS IDDH****DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO****MÉTODO INDIRETO**

(Em Reais)

	2019	2020
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Déficit/Superávit do Exercício	155.638	196.935
Ajustados por:		
Depreciação e Amortização	360	27
Varição nos Ativos e Passivos Operacionais		
Contas a Receber	-	(796)
Outras Contas a Receber	120	-
Fornecedores	(6.000)	46.750
Obrigações Sociais	(377)	-
Obrigações Tributárias	-	256
Outras Obrigações	3.220	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	152.961	243.172
AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	152.961	243.172
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	28.088	181.049
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	181.049	424.221

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

O **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos – IDDH** – é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, criada em 2004 no Brasil, buscando ampliar o número de educadores e defensores de direitos humanos. O IDDH possui status consultivo junto à ONU e é membro do Grupo de trabalho de ONGs para a Educação em Direitos Humanos das Nações Unidas.

NOTA 2 - BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão sendo apresentadas em Reais (R\$).

As Demonstrações Contábeis da **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos IDDH** foram elaboradas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucro, inclusive normas instituídas pela interpretação ITG 2002, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade através da Resolução 1409/12.

NOTA 3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Classificação de Itens Circulantes e Não Circulantes

No Balanço Patrimonial, ativos e obrigações vincendas ou com expectativa de realização dentro dos próximos 12 meses são classificados como itens circulantes e aqueles com vencimento ou com expectativa de realização superior a 12 meses são classificados como itens não circulantes.

b) Compensações entre Contas

Como regra geral, nas demonstrações financeiras, nem ativos e passivos, ou receitas e despesas são compensados entre si, exceto quando a compensação é requerida ou permitida por um pronunciamento ou norma brasileira de contabilidade e esta compensação reflete a essência da transação.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerário em poder da Entidade, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos. Os saldos bancários e de aplicações financeiras cujos recursos irão compor prestações de contas aos doadores estão classificados como "com restrição", visto que sua aplicação é específica as finalidades previstas nos convênios.

d) Ativos Financeiros

A Entidade classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Entidade compreendem “contas a receber de clientes e demais contas a receber” e “caixa e equivalentes de caixa”.

e) Contas a Receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de produtos e mercadorias no decurso normal das atividades da Entidade.

As contas a receber de clientes no curto prazo, inicialmente, são reconhecidas pelo custo da operação e as de longo prazo pelo custo ajustado a valor presente (quando aplicável). Subsequentemente, essas contas são mensuradas pelo custo amortizado, menos a provisão para impairment (perdas no recebimento de créditos).

f) Imobilizado

Os itens do ativo imobilizado são apresentados pelo método do custo, deduzidos da respectiva depreciação. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do mesmo possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, conforme demonstrado a seguir:

Máquinas e Aparelhos	10 anos
Móveis e Utensílios	10 anos
Equipamentos de Informática	05 anos
Instalação de Sistema Para-Raios	10 anos
Construção em Imóveis de Terceiros	05 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.

g) Outros Ativos

Os demais ativos estão apresentados ao custo de aquisição atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização.

h) Contas a Pagar a Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente, quando relevante.

i) Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

j) Apuração do Resultado do Superávit (Déficit)

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência dos exercícios. O **Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos IDDH** reconhece como receitas e custos, os serviços recebidos gratuitamente e subvenções. As verbas recebidas para aplicação em projetos são reconhecidas no resultado

à medida que o projeto é executado.

k) Julgamento e uso de estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Entidade se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As políticas contábeis e áreas que requerem um maior grau de julgamento e uso de estimativas na preparação das demonstrações financeiras, são:

Créditos de liquidação duvidosa que são reconhecidos diretamente no resultado do exercício, conforme a expectativa de perdas;

Passivos contingentes que são provisionados de acordo com a expectativa de êxito, obtida e mensurada em conjunto à assessoria jurídica da Entidade;

Impairment dos ativos imobilizados e intangíveis;

Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis;

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aplicações Financeiras	424.221	181.049
Total de Caixa e Equivalentes	<u>424.221</u>	<u>181.049</u>

NOTA 5 – IMOBILIZADO

	Equip. de Proc. de Dados	Total
Taxas anuais de depreciação	20%	
Em 31 de dezembro de 2018		
Custo	1.799	1.799
Dep. Acum.	(1.412)	(1.412)
Valor contábil líquido	387	387
Depreciação	(360)	(360)
Saldo Final	27	27
Em 31 de dezembro de 2019		
Custo	1.799	1.799
Dep. Acum.	(1.772)	(1.772)
Valor contábil líquido	27	27
Depreciação	(27)	(27)
Saldo Final	-	-
Em 31 de dezembro de 2020		
Custo	1.799	1.799
Dep. Acum.	(1.799)	(1.799)
Valor contábil líquido	-	-

NOTA 6 – FORNECEDORES

	2020	2019
Jader Rosa Rampinelli	8.800	-
Jonathan Maicon Francisco	3.200	-
Moises Carlos de Oliveira Jr.	12.000	-
Paulo Malschitzky Neto	1.750	-
Suiany Zimmermann Bail	7.500	-
Taina Revelles Vital	13.500	-
Total de Obrigações Sociais	46.750,00	-

NOTA 7 - PATRIMÔNIO SOCIAL

O patrimônio social é formado pelos superávits/déficits acumulados que representam os recursos destinados a atingir o cumprimento de sua finalidade.

No exercício de 2019 a Entidade incorreu no superávit de R\$ 155.638, e ano de 2020 R\$ 196.935.

Em 2019 o Instituto recebeu subvenções no montante de R\$ 175.508 e no ano de 2020 R\$ 517.705. As despesas relacionadas a esses projetos ocorreram somente em 2020.

NOTA 8 – RECEITAS E DESPESAS DE PROJETOS

O Instituto obtém subvenções para realização de seus projetos, que tem como objetivo promover a educação para a cidadania, diminuindo desigualdades e fortalecer a democracia no Brasil.

Sua participação se dá em forma de articulações e redes de direitos humanos visando acompanhar e incidir na política interna e externa de direitos humanos.

Diante disso, realiza e coordena processos de incidência nacional e internacional sobre os direitos humanos no Brasil, em parceria com organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

Mesmo diante da pandemia os projetos se mantiveram ativos, necessitando em alguns casos adaptação dos projetos para atendimento do seu objetivo, assim como novos incrementos financeiros.

No ano de 2020 o instituto promovia os seguintes projetos:

Projeto Noruega

Prazo: 01/2020 a 12/2020

Finalidade: O efeito esperado para o público-alvo do Projeto é o aumento da participação de organizações e movimentos sociais da região Nordeste, com foco em gênero e direitos LGBTI, para a implementação dos ODS e acompanhamento das recomendações do UPR. (Resultado).

Projeto Cívicus

Prazo: 12/2020 a 12/2020

Finalidade: Treinamento em advocacia no Nordeste do Brasil (gênero, idade, atuação, região, (...))

Projeto UNDEF

Prazo: 06/2020 a 05/2022

Finalidade: O projeto busca construir um sistema articulado e conjunto de monitoramento de violações de direitos humanos para uso da sociedade civil brasileira, ao mesmo tempo em que fortalece o trabalho das organizações brasileiras de direitos humanos que atuam em nível internacional.

Projeto Canadá

Prazo: 11/2020 a 03/2021

Finalidade: Instituto de Desenvolvimento dos Direitos Humanos (IDDH) forneceria cursos online para treinar organizações de direitos humanos de todo o país para contribuir com essa tarefa e reforçar suas capacidades de defesa de direitos. Também criaria material de treinamento que será disponibilizado na plataforma de treinamento online do IDDH. O treinamento incluirá a participação da embaixada Canadá no Brasil e / ou outros representantes do Governo do Canadá, e as atividades teriam destaque nas redes sociais.

Projeto Gestos

Prazo: 02/2020 a 12/2020

Finalidade: Capacitar o coletivo TRANScender sobre os ODS e direitos humanos. Impulsionar a realização de mutirões de retificação de nome e gênero pela Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina. Promover o debate sobre a agenda 2030, os ODS e direitos humanos com atores estratégicos no norte de Santa Catarina.

NOTA 09 – DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Aluguéis e Condomínios - PJ	(2.124)	(8.240)
Manutenção e Reparos de Imóveis	(360)	(1.078)
Depreciações	(27)	(360)
Energia Elétrica	(111)	(1.946)
Telecomunicações	(529)	(4.717)
Limpeza e Conservação de Imóveis	-	(641)
Combustíveis e Lubrificantes de Veículos	-	(624)
Material de Expediente	(165)	(2.484)
Revistas e Publicações	-	(1.950)
Festas de Congraçamentos	-	(4.284)
Despesas com Informática	-	(11.500)
Despesas com Internet	-	(120)
Assessoria Empresarial	-	(76.646)
Total de Despesas Administrativas	(3.316)	(114.590)

NOTA 10 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros ativos e passivos constantes no balanço patrimonial, como aplicações financeiras e outras contas a receber e a pagar estão registrados a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos. A Administração da Entidade não realizou nos exercícios operações com derivativos e quaisquer outros ativos em caráter especulativo.

* * * * *